



COMISSÃO PERMANENTE DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE (CAMA)

PARECER

Processo Legislativo: PROJETO DE LEI Nº 62/2025.

Iniciativa: Prefeito Mário Sergio Lubiana (PSB).

Relatora: Vereadora Regina Tosta Machado (PV).

I – RELATÓRIO:

Trata-se do Projeto de Lei nº 62/2025, que dá nova redação à Lei nº 3.471, de 23 de agosto de 2018, que dispõe sobre a instituição do programa vale-feira no âmbito do Município de Nova Venécia-ES, de iniciativa do prefeito Mário Sérgio Lubiana.

O projeto supracitado foi apresentado ao Plenário no Expediente da Sessão Ordinária de 26 de agosto de 2025. Sendo encaminhado à Comissão Permanente de Agricultura e Meio Ambiente, fui designada relatora nos termos do art. 70, do Regimento Interno.

Encontra-se acostado aos autos do presente processo legislativo o parecer jurídico nº 113/2025, opinando pela constitucionalidade e legalidade da proposição (fls. 12 a 21).







De posse do processo legislativo, na condição de relatora, passo a exarar o parecer de acordo com as competências explícitas ou implícitas da comissão previstas no Regimento Interno, pelos fundamentos abaixo.

II – DA IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA PARA A AGRICULTURA E PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS:

Programas políticos, elaborados de forma a atender setores da administração pública, como no caso os servidores públicos e produtores e feirantes, são fundamentais para melhorar a situação social e incentivar a agricultura, atuando como um direcionador estratégico.

O programa vale-feira atende tanto os servidores quanto aos feirantes, proporcionando um benefício mútuo para ambos, contribuindo assim para o fortalecimento dos setores sociais e avanços par ao Município.

A Lei Orgânica do Município, referindo-se a programas voltados para o homem do campo, tem o seguinte também:

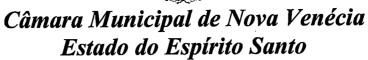
- Art. 163 A política de desenvolvimento rural do Município será elaborada através de esforço conjunto entre instituições públicas instaladas no Município, a iniciativa privada, o Legislativo Municipal, os produtores rurais e suas organizações e as lideranças comunitárias, sendo seus representantes integrados em um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural sob a coordenação do Executivo Municipal que contemplará a atividade de interesse da coletividade rural e o uso dos recursos disponíveis, resguardada a política de desenvolvimento do Município.
- § 1º O programa de desenvolvimento rural será integrado por atividades agropecuárias, agroindustriais, reflorestamento, preservação do meio ambiente e bem-estar social, incluindo as infraestruturas físicas e de serviços na zona rural e o abastecimento alimentar.
- § 2º O programa de desenvolvimento rural do Município deve assegurar prioridades e incentivos aos pequenos produtores rurais, e proprietários ou não, trabalhadores, mulheres e jovens rurais e suas formas associativas.

Quanto às alterações na Lei nº 3.471/2018, para maior justificativa, reproduzimos o texto da mensagem do Chefe do Poder Executivo:

"O presente Projeto de Lei tem por finalidade promover alterações pontuais na Lei Municipal nº 3.471, de 23 de agosto de 2018, que institui o Programa Vale Feira no Município de Nova Venécia, visando à sua atualização normativa, à adequação aos princípios constitucionais e à melhoria da sua execução.









Em primeiro lugar, propõe-se a revogação da alínea "d" do art. 3°, a qual autorizava a suspensão vale do servidor público beneficiário do programa em caso de afastamento preventivo. Tal previsão mostra-se incompatível com os princípios constitucionais da presunção de inocência e da irredutibilidade de vencimentos, além de afrontar o caráter alimentar da remuneração do servidor.

Conforme jurisprudência consolidada, a suspensão de pagamento de vencimentos durante o trâmite de processo administrativo disciplinar configura verdadeira antecipação de pena, sem o devido processo legal, sendo vedada pela ordem jurídica. No julgamento da Remessa Necessária-Cv 1.0568.16.001138-9/001, o TJMG decidiu que "é vedada à Administração Pública a suspensão de remuneração de servidor durante o trâmite de processo administrativo disciplinar, sob pena de violação aos princípios da irredutibilidade de vencimentos e da presunção de inocência", entendimento igualmente reiterado por outros tribunais, inclusive pela Terceira Turma Recursal da Fazenda Pública do Rio Grande do Sul (Recurso Cível nº 71007484934).

Assim, a revogação da referida alínea visa sanar a inconstitucionalidade material da norma, evitando eventual responsabilização do Município por danos decorrentes de sua aplicação indevida.

Além disso, a proposta busca alinhar a participação no Programa Vale Feira aos objetivos da agricultura familiar, restringindo o beneficio a produtores e empreendimentos que efetivamente estejam vinculados a esse segmento produtivo. Tal medida visa garantir a fidelidade à política pública originalmente idealizada, direcionada à valorização da agricultura local e à segurança alimentar.

Por fim, propõe-se a alteração da redação legal para permitir que a definição de novos produtos passíveis de aquisição pelo vale feira ocorra por meio de regulamento do Poder Executivo. Trata-se de medida de natureza administrativa que confere maior agilidade e eficiência à gestão do programa, permitindo sua adequação a demandas concretas da população e à dinâmica da produção local, sem a necessidade de sucessivas alterações legislativas.

Diante do exposto, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres vereadores, confiando em sua aprovação, por se tratar de iniciativa que aperfeiçoa o Programa Vale Feira e reforça o compromisso do Município com a legalidade, a justiça social e o desenvolvimento da agricultura familiar."







III - VOTO DA RELATORA:

Diante de todo o exposto, considerando a relevância da proposição para os servidores e para os feirantes, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 62/2025.

É o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 62/2025.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 21 de outubro de 2025; 71° de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

REGINA TOSTA MACHADO Relatora – Membro da CAMA Vereadora pelo PV





COMISSÃO PERMANENTE DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE (CAMA)

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 62/2025

| PROJETO: | PROJETO DE LEI Nº 62/2025: que dá nova redação à Lei nº 3.471, de 23 de agosto de 2018, que dispõe sobre a instituição do programa vale-feira no âmbito do Município de Nova Venécia-ES. |
|-------------|--|
| INICIATIVA: | Prefeito Mário Sérgio Lubiana. |
| RELATORA: | Vereadora Regina Tosta Machado (PV). |

A Comissão Permanente de Agricultura e Meio Ambiente (CAMA) manifesta-se pela aprovação do Parecer da Relatora da matéria, Vereadora Regina Tosta Machado (PV), às folhas 33 a 36, por maioria de seus membros.

APROVADO o parecer da relatora na Reunião Ordinária de 22 de outubro de 2025, o que, de acordo com o art. 73, *caput*, do Regimento Interno, prevalece como o parecer desta Comissão Permanente.



Avenida Vitória, 23 – Centro – Caixa Postal 4 – 29830-000 – Nova Venécia-ES





É o PARECER DA COMISSÃO Permanente de Agricultura e Meio Ambiente (CAMA) pela APROVAÇÃO do PROJETO DE LEI Nº 62/2025.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 22 de outubro de 2025;71° de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

DENEVAL ROCHA
Presidente da CAMA
Vereador pelo PSD

SAULO DE SOUZA RIBEIRO Vice-presidente da CAMA Vereador pelo PL

